

A transição do grupo de países menos avançados para países de rendimento médio: desafios e oportunidades para São Tomé e Príncipe

A recomendação para graduar São Tomé e Príncipe foi considerada pela primeira vez em 2015 e assentou principalmente nos progressos alcançados no rendimento per capita e formação de capital humano, considerados suficientes para satisfazer os critérios de elegibilidade, apesar do incumprimento no índice de vulnerabilidade económica.

A efectivar-se, a graduação colocará São Tomé e Príncipe no grupo restrito de países que, ao longo das cinco décadas desse processo, conseguiram transitar com sucesso de país de baixo rendimento, baseada fundamentalmente numa economia de reciclagem da ajuda pública internacional, para um país de rendimento médio, que tende para um desenvolvimento auto-sustentado.

Não obstante apresentar um índice humano e PIB adequados, persistem um conjunto de vulnerabilidades conjunturais e estruturais decorrente da sua condição de SIDS e HIPC, sujeito a desafios de desenvolvimento que derivam de factores tais como isolamento relativo, mercado de pequena dimensão, recursos e base de exportações limitados, susceptibilidade a choques económicos externos e vulnerabilidade aos efeitos de alterações climáticas.

O incumprimento do último critério é, por este motivo, bastante ilucidativo, razão pela qual o Estado santomense ainda depende muito do capital externo para financiar o seu desenvolvimento.

Em 2015, o Governo de São Tomé e Príncipe enveredou pela implementação de uma Agenda de Transformação visando, no horizonte 2030, colocar o país na via da emergência económica, assente numa economia de mercado e inserida na economia global, através de reformas do ambiente de negócio, diversificação da economia, modernização das infraestruturas e transformação do país numa plataforma de serviços para os países do Golfo da Guiné e, por essa via, permitindo a redução da pobreza.

O primeiro plano quinquenal que consolida estes objectivos para o período 2017-2021, elaborado em 2017, perspetiva promover um crescimento mais inclusivo e sustentável, susceptível de reduzir a pobreza e criar emprego; aumentar investimento nas infraestruturas e no capital humano, consolidar reformas estruturais, a boa governação e a proteção do ambiente.

O país vive um clima de estabilidade, confiança e com desenvolvimento socioeconómico em progresso que só tem sido possível graças aos ganhos que se tem conseguido a nível da consolidação macroeconómica, do reforço da democracia e promoção e proteção dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Por este facto, São Tomé e Príncipe é reconhecido como um exemplo de democracia, sendo o primeiro a nível da matéria de boa governação na sub-região africana em que esta inserido.

O Governo de São Tomé e Príncipe reconhece os benefícios da graduação, entendido como uma oportunidade para consolidar a irreversibilidade dos ganhos alcançados e a constituição de novas parcerias para o financiamento do desenvolvimento. No entanto, reconhece que sem uma resposta estratégica adequada, o país pode experimentar alguns constrangimentos, na medida em que pode acarretar um regime comercial menos favorável e ajuda desalinhada às novas realidades.

É neste sentido que o processo de graduação será conduzida de modo a beneficiar, por um lado, da experiência dos países que já fizeram esse mesmo percurso, e, por outro lado, da parceria das agências do Sistema das Nações Unidas, em particular do PNUD.

Uma Comissão de Apoio à Transição será criada, integrando os principais parceiros de desenvolvimento, com a missão de i) pilotar a elaboração da estratégia de transição; ii) facilitar a negociação com a comunidade internacional sobre um quadro coerente para a saída do país do grupo dos PMA, e iii) articular com os parceiros um quadro de assistência reforçado alinhado com Agenda de Transformação 2030 e Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021, para que até 2021, ano de graduação, e seguidamente até 2025, fim do período de transição, o país possa implementar de forma conjunta a agenda da transição.

A estratégia de transição, que deverá ser necessariamente alinhada com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021, terá como objectivo garantir que a transição seja gerida de forma dinâmica em função dos objectivos de desenvolvimento e permitir uma saída por etapas, de modo a que seja garantida a sustentabilidade do desenvolvimento endógeno do país.

O Governo compromete-se em acelerar as reformas internas – infraestrutura, administração pública, impostos, justiça, gestão da ajuda externa, etc –, para que sejam alinhadas com a agenda de transição, que vai preparar as instituições do país de modo a ajustar ao novo contexto.

Sendo para tal indispensável o reforço dos mecanismos de monitoramento dos progressos de desenvolvimento e da assistência técnica nos domínios relevantes, tendo em conta os constrangimentos identificados no acesso ao financiamento, eficácia da administração, gestão da ajuda externa, justiça, leis laborais, educação e formação inadequada da força laboral e qualidade das infraestruturas.

O Governo deve propor a comunidade internacional, a extensão por mais três anos, do período de transição para permitir concluir os projetos de desenvolvimento, mantendo os empréstimos concessionais, de forma a acelerar o ritmo de modernização das infraestruturas, saneamento, água energia e estradas.

Acelerar os processos de adesão às alternativas existentes para mitigar o impacto da transição no acesso aos mercados, como o programa *Special Incentive Arrangement for Sustainable Development and Good Governance (GSP+)*, que oferece condições favoráveis no acesso aos mercados da maior parte dos produtos cobertos pela GSP.

Feito em São Tomé, aos 30 de Janeiro de 2018 - Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul